

Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII)*

José Damião Rodrigues¹

1. A projecção retrospectiva de categorias analíticas e de realidades contemporâneas arrasta consigo os perigos do anacronismo e da incorrecta compreensão das dinâmicas históricas próprias das diferentes sociedades. Este erro “naturalista”, comum a actores individuais e colectivos, é com frequência reforçado pelos discursos oficiais e institucionais que pretendem legitimar o presente a partir do passado, um processo amplamente conhecido quando pensamos, por exemplo, na “invenção da tradição”. Ora, precisamente a propósito da invenção da tradição — ou do passado —, convirá recordar que os nacionalismos e os regionalismos nascidos no século XIX recorreram à história para nela encontrarem os elementos fundadores das unidades que buscavam construir e, entre eles, procuraram detectar os vínculos existentes entre uma população e um território.

Servem estas breves linhas para lembrar que também as regiões são um produto social, o resultado de múltiplas dinâmicas históricas², e que é nesse quadro que deve-

*Este artigo incorpora já resultados das consultas efectuadas entre Abril e Julho de 2008 na The John Carter Brown Library, Brown University, Providence, efectuadas em período de licença sabática graças à bolsa concedida no âmbito do Acordo de Mobilidade Antero de Quental.

¹ Universidade dos Açores.

² Cf. HOEKVELD, Gerard A. e HOEKVELD-MEIJER, Gerda, “The Region as Cloister. The Relation between Society and Region Reconsidered”, *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, vol. 77, n° 3, 1995, pp. 159-176, *maxime* pp. 160-162.

mos enquadrar a experiência individual dos actores do passado, que se processava em diferentes contextos e territórios sociais, dando origem a representações do mundo que não coincidem necessariamente com as dos actores e dos cientistas sociais da nossa contemporaneidade.

É a partir desta constatação que iremos apresentar seguidamente o caso do arquipélago dos Açores no período moderno, examinando alguns textos de distinta proveniência, que traduzem a existência de diferentes perspectivas relativamente ao arquipélago, por vezes na pena de um mesmo autor. Estes exemplos ilustram bem, em nosso entender, a coexistência de distintas representações espaciais da realidade geográfica arquipelágica e relativizam assim a projecção de um conceito integrador como o de “região” para esses séculos.

2. Em finais de Quinhentos, o sacerdote micaelense Gaspar Frutuoso (1522-1591), cuja formação erudita — estudou em Salamanca — e leitura atenta de autores clássicos e coevos o colocavam entre a elite cultural do seu tempo, ao descrever a ilha de Santa Maria nas suas *Saudades da Terra*, afirmou “que em todas as *sete* ilhas dos Açores não há melhor torrão de terra”³. Esta informação não foi posteriormente revista. Todavia, no livro em que apresentou as ilhas dos actuais grupos central e ocidental do arquipélago, o mesmo cronista escreveu na abertura do Capítulo Primeiro: “Esta ilha de São Miguel e a de Santa Maria com *outras sete* que estão pera oeste afastadas não muitas léguas, que são per todas *nove*, se chamam dos Açores”⁴.

Avancemos agora no tempo, situando-nos em finais do século XVII, e atentemos na obra do também micaelense frei Agostinho de Montalverne (1629-1726), intitulada

³ Cf. FRUTUOSO, Gaspar. *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, 2ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1983, p. 103 (itálicos nossos).

⁴ Cf. FRUTUOSO, Gaspar., *Livro Sexto das Saudades da Terra*, 2ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, p. 3 (itálicos nossos).

Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores, que pretendia ser uma história da presença franciscana no arquipélago⁵. No discurso deste franciscano, deparamos com as mesmas hesitações do seu ilustre conterrâneo. Quando escreveu sobre São Miguel, somos levados a pensar que, para o autor, também os Açores se compunham somente de sete ilhas, como claramente afirma ao principiar o Livro Segundo: “A ilha de S. Miguel, uma das *sete* dos Açores, [...], está no mar Oceano, em altura de 39 graus, como Lisboa, da qual dista 280 léguas.”⁶ Contudo, no Livro Terceiro, onde descreveu os actuais grupos central e ocidental do arquipélago, julgamos que essa leitura foi ultrapassada desde as palavras iniciais: “Chama-se Terceira a esta ilha porque no descobrimento das *nove ilhas* esta foi a terceira.”⁷ No entanto, apesar desta afirmação, frei Agostinho de Montalverne, acerca da ilha Graciosa, registará que a ocupação humana da mesma não ocorreu logo após o seu descobrimento, “sendo das *sete ilhas* a última descoberta.”⁸ Constatamos, assim, que o autor, em passagens distintas, apresenta informação contraditória quanto ao número de ilhas que compõem os Açores, parecendo indeciso.

Já no século XVIII, em 1717, foi publicada em Lisboa a obra magna do jesuíta António Cordeiro (1640-1722), *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Esta história apresenta uma estrutura formal clássica e segue aqui e ali a narrativa de Gaspar Frutuoso, mas avança também dados novos, como os relativos ao número de fogos e vizinhos para 1666, e individualiza a história e a geografia de cada ilha. Natural da ilha Terceira, o autor, ao longo dos capítulos que dedicou aos Açores, não teve qualquer dúvida quanto ao número de ilhas que compunham o arquipélago e isso desde o início da descrição de Santa Maria, que “das

⁵ Cf. MONTALVERNE, Frei Agostinho de, *Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1960-1962, 3 vols..

⁶ Idem, vol. II, 1961, p. 5 (itálicos nossos).

⁷ Idem, vol. III, 1962, p. 5 (itálicos nossos).

⁸ Idem, vol. III, 1962, p. 237 (itálicos nossos).

nove dos Açores, foy a primeyra que se descubrio.”⁹ Todavia, para um outro açoriano, contemporâneo do padre Antônio Cordeiro e autor de uma pequena descrição de São Miguel, existiam algumas dúvidas. Com efeito, para o micalense Pedro Borges do Canto e Medeiros, membro de uma das principais famílias da oligarquia de Ponta Delgada, os Açores pareciam ser compostos por apenas sete ilhas¹⁰.

Esta percepção espacial de uma realidade geográfica da qual estavam excluídas duas ilhas — se tomarmos como referente o arquipélago — está também patente na obra do religioso frei Manuel de São Luís, da custódia de Nossa Senhora da Conceição das ilhas de São Miguel e Santa Maria, dedicada à abadessa do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, em Ponta Delgada, a madre Francisca do Livramento, livro publicado em Lisboa, em 1731, mas financiado por um dos mais eminentes elementos da nobreza municipal de Ponta Delgada, o morgado André Diogo Dias do Canto e Medeiros¹¹.

⁹ Cf. CORDEIRO, padre Antônio, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, edição fac-similada da edição *princeps* de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 97 (itálicos nossos). Notemos que o padre Antônio Cordeiro tem uma clara percepção da geografia do arquipélago e das dificuldades administrativas decorrentes da distância que separava as ilhas do reino e de uma espacialidade insular. Por isso mesmo, no final do seu texto, apresentou uma ambiciosa proposta de reforma para o governo político, jurídico e militar dos Açores que tinha por base uma perspectiva espacial coerente. Cf. CORDEIRO, padre Antônio, op. cit., pp. 497-528.

¹⁰ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), *Varietades Açorianas*, de José de Torres, Série Manuscrita, vol. I, “Breue noticia das ilhas.”, de Pedro Borges do Canto e Medeiros, fls. 169-183 v, maxime fl. 169 v. Dizemos “pareciam” porque o autor, ao referirse a Gonçalo Velho, escreve: “DesCobrio, as Sete chamadas Asores no anno de 1432, Sendo a nossa de S. Migel descuberta no de 1444 e foi Seo desCobrimento.” Porém, a palavra “Sete” foi escrita por cima de uma outra, riscada, e que, apesar da dificuldade de leitura, cremos ser “noue”.

¹¹ Cf. SÃO LUÍS, frei Manuel de. *Instrucções Moraes, E Asceticas Deduzidas Da vida, e morte, da Veneravel Madre Soror Francisca do Livramento, Abbadessa que foi no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da Cidade de PontaDelgada, Ilha de S. Miguel, [...], À custa de André Diogo Dias do Canto e Medeiros*, Lisboa Oriental, na Oficina Augustiniana, 1731. Sobre André Diogo Dias do Canto e Medeiros, ver RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cul-

De forma categórica, ao abrir o Livro I, frei Manuel de São Luís declarou: “De todas as *sette* Ilhas, que vulgarmente se chamaõ dos Assores, he a Ilha de S. Miguel a principal entre todas: [...]”¹²

A leitura dos autores citados permite-nos apreender diferentes percepções dos Açores. O lugar a partir do qual escreviam — não somente o lugar geográfico, mas também o social, o económico, o cultural — condicionava a sua perspectiva. Assim, para um natural da ilha Terceira, como o jesuíta Antônio Cordeiro, a evidência de um espaço arquipelágico composto por nove ilhas não colocava qualquer dúvida: no grupo central, Angra era a placa giratória e de redistribuição de produtos em torno do qual se organizava a navegação de cabotagem, entrando no porto da cidade embarcações de todas as ilhas, inclusive da distante ilha das Flores. Todavia, para um olhar micaelense, posicionado a Oriente, na ilha maior e mais rica dos Açores, Flores e Corvo constituíam uma realidade longínqua e o sub-arquipélago formado por aquelas ilhas surgiria como um espaço outro, separado do das demais ilhas.

Os condicionalismos da geografia física transparecem, de igual modo, em vários mapas do período moderno, que identificam, ao lado das Ilhas dos Açores ou Ilhas Terceiras — também assim designadas devido à importância administrativa de Angra, o principal centro urbano da Terceira —, as Ilhas Floreiras (Flores e Corvo). A cartografia traduzia, assim, a evidência de uma distância que transformava as ilhas ocidentais num espaço à margem do eixo central açoriano. Esta diferenciação espacial e identitária era ainda mais marcada se pensarmos que Flores e Corvo, até à segunda metade de Setecentos, e ao contrário das restantes sete ilhas açorianas, não se encontravam sob o domínio e administração da coroa.

De facto, desde 1452 que ambas pertenciam a senhores que não o rei e, em 1593, tinham passado para o senhorio dos Mascarenhas, condes de Santa Cruz, e desde o sexto

tural de Ponta Delgada, 2003 [2004], 2 vols., *passim*.

¹² Idem, p. 1 (itálicos nossos).

conde, D. Martinho de Mascarenhas, também marqueses de Gouveia¹³. Seria somente em 1759, com a execução do oitavo conde de Santa Cruz e duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, e a consequente confiscação dos seus bens que as ilhas Flores e Corvo integrariam os bens da coroa. Território senhorial até bem dentro do século XVIII, foi portanto a jurisdição senhorial que se fez sentir nessas ilhas desde o início do seu povoamento. Por isso, não admira que o padre António Cordeiro tenha registado que, até à data da redacção da sua obra, os corregedores dos Açores nunca tinham visitado as Flores e o Corvo, mas que nelas existia um ouvidor posto pelo senhor das ilhas¹⁴.

Assim, podemos pensar que, para além da dimensão *geográfica* — a fragmentação e, sobretudo, a distância —, o facto de coexistirem duas realidades político-institucionais nos Açores, as ilhas realengas e as ilhas de senhorio, poderá ter contribuído para introduzir dúvidas e rupturas na percepção da unidade do espaço arquipelágico açoriano, sobretudo quando os Açores eram pensados a partir do seu extremo oriental. Mas, conjuntamente com as dimensões *geográfica* e *político-institucional*, devemos relevar uma outra, *funcional* e *económica*, ligada aos circuitos e aos fluxos de gentes e de bens. Neste particular, a própria análise historiográfica reconhece, para o século XVIII, o peculiar comportamento de São Miguel no contexto açoriano. Em termos económicos e, sobretudo, comerciais, os dados relativos à maior ilha dos Açores não apontam para um grande nível de integração entre São Miguel e as restantes ilhas, em particular as dos grupos central e ocidental: “A relativa independência económica de S. Miguel e a periférica localização do grupo oriental no seio do arquipélago dificultam a valorização do comércio inter-ilhas na óptica dos micaelenses, mais interessados no trato com Lisboa, a

¹³ Sobre os donatários das Flores e do Corvo e, em particular, os Mascarenhas, ver *Arquivo dos Açores*, edição fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. I, 1980, pp. 21-28, e vol. V, 1981, pp. 275-276, 353-358 e 517-527.

¹⁴ Cf. CORDEIRO, padre António, *ob. cit.*, p. 486.

Inglaterra e o Ultramar.”¹⁵

Do que ficou exposto, ressalta afinal o “poder do lugar” — “*power of place*” — na definição e diferenciação de subregiões ou, se preferirmos, de distintas territorialidades, que, enquanto construção, traduzem e fixam um determinado conjunto de relações sociais¹⁶. Neste sentido, embora não totalmente coincidente, estamos próximos da exposição que Rodrigo Bentes Monteiro apresentou em torno do conceito de “região colonial”, em especial quando sublinha que a região colonial “é entendida aqui segundo um sentimento de identidade comum de seus habitantes” e que o espaço compreendido por uma região estava ligado “à natureza e ao prestígio da atividade econômica exercida”¹⁷. Diferentes realidades e vivências político-administrativas, econômicas e sociais espelhavam-se assim na coexistência de representações espaciais e de identidades diferentes. O todo, o colectivo que conhecemos como Açores, quebrava-se por acção das dinâmicas que confluíam no “poder do lugar”.

O exercício que acabámos de realizar com o recurso a fontes açorianas pode também ser levado a cabo com textos produzidos por autores estrangeiros, os quais revelam igualmente a existência de discrepantes apreensões do espaço insular, a par de narrativas fundacionais com origens distintas. Faremos referência em primeiro lugar a obras setecentistas de autores ingleses, citando depois um relatório consular francês de Janeiro de 1737.

A primeira obra que mencionaremos é da autoria de Charles Brockwell, que residiu em Portugal durante quatro

¹⁵ Cf. MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. II: *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p. 165.

¹⁶ Cf. HOEKVELD, Gerard A. e HOEKVELD-MEIJER, Gerda. “The Region as Cloister. The Relation between Society and Region Reconsidered”, loc. cit., pp. 159-176, *maxime* p. 161; RONCAYOLO, Marcel, “Território”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: Região, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 262-290, *maxime* p. 266.

¹⁷ Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720*, “Estudos Históricos”, 45”, São Paulo, Hucitec-Fapesp, 2002, p. 226.

anos¹⁸. Apesar de, durante a sua estadia no reino português, ter acedido a informações relativas aos territórios que integravam o senhorio de Portugal, Charles Brockwell afirmou que as ilhas dos Açores ou Terceiras eram em número de sete, “beside two small ones.”¹⁹ Deste modo, o autor secundarizava as duas ilhas ocidentais, de diminuta relevância económica e, segundo ele, apenas ocupadas pelos Portugueses por questões defensivas²⁰. Semelhante interpretação é aquela que encontramos em Malachy Postlethwayt (1707-1767)²¹, que se encontrava em Londres, no centro da economia-mundo europeia. No seu texto, um dicionário de comércio, deparamos com o que podemos considerar a visão britânica e comercial dos Açores: apesar de referir a existência das Flores e do Corvo, afirma que as ilhas açorianas “are seven in number”, dedicando a maior parte do texto à ilha Terceira e a Angra e referindo as produções e o comércio das demais; quanto às duas ilhas do actual grupo ocidental, proclamou que “Flores and Corvo have nothing worth notice.”²²

A representação espacial dos Açores que podemos encontrar nas duas obras mencionadas contrasta com a infor-

¹⁸ Cf. BROCKWELL, Charles. *The Natural and Political History of Portugal. From Its First Erection into a Kingdom by Alphonso Son of Henry Duke of Burgundy, Anno 1090 down to the present time Shewing Its Extents, Soils, Production, History, Trade, Manufactures, Customs, and Manners of its Inhabitants; with its Revolutions and Conquests. As also its Provinces, Cities and noted Towns, with their Antiquity, Building, and Present State. To which is added, The History of Brazil, and all other Dominions subject to the Crown of Portugal in Asia, Africa, and America.*, London, Printed for the Author, and sold by T. Warner at the Black-Boy in Pater-noster-Row, 1726.

¹⁹ Idem, p. 339.

²⁰ Idem, pp. 343-344.

²¹ Sobre este autor, ver BLAUG, Mark e STURGES, Paul (eds.), *Who's who in Economics: A biographical dictionary of major economists 1700-1981*, Brighton, Wheatsheaf Books Ltd., 1983, pp. 309-310.

²² Cf. POSTLETHWAYT, Malachy, *The Universal Dictionary of Trade and Commerce, Translated from the French of the Celebrated Monsieur Savary, Inspector General of the Manufactures for the King, at the Custom House of Paris, with large Additions and Improvements, Incorporated throughout the Whole Work; [...]*, London, Printed for John and Paul Knapton, in Ludgate Street, vol. I, 1751, “Azores Islands.”

mação que nos surge na edição das viagens de 1772-1775 do célebre navegador James Cook, que escalou o porto da Horta em Julho de 1775. Aí se inclui uma descrição dos Açores, com particular relevo para a ilha do Faial, que foi visitada por membros da tripulação²³. As informações registadas sobre o arquipélago, recolhidas junto de um sacerdote católico, permitem-nos aceder quer à imagem do espaço insular açoriano produzida a partir da Horta, quer aos dados considerados dignos de menção pelos viajantes. Assim, é-nos dito que os Açores, descobertos em 1439 por Flamengos — informação que também encontramos no relato de Charles Brockwell, embora com data diferente²⁴ —, eram compostos por nove ilhas, sendo a maior e a mais povoada a ilha do Pico, que teria então 30.000 habitantes²⁵. A segunda maior era a Terceira, onde residia o governador-geral. Cada ilha era governada por um capitão-mor e, das produções locais, destacavam-se as do trigo e do vinho, este sobretudo no Pico e muito elogiado, o cereal um pouco por todas as ilhas, mesmo em São Jorge — “elle est habitée par cinq mille personnes, qui cultivent beaucoup de bled & très-peu de vin.”²⁶

Quanto ao relatório do cônsul francês, trata-se de uma memória circunstanciada acerca do estado do comércio por-

²³ Cf. COOK, James. *Voyage dans l'Hémisphere Austral, et Autour du Monde, Fait sur les vaisseaux de roi l'Aventure & la Résolution, en 1772, 1773, 1774, & 1775; écrit par Jacques Cook, Commandant de la Résolution; dans lequel on a inséré la relation du Capitaine Furneaux, & celle de MM. Forster, traduit de l'Anglois*, Paris, Hôtel de Thou, Rue des Poitevins, Tome Sixieme, 1778, pp. 30-64. Para uma análise mais detalhada da descrição dos Açores contida neste texto, ver RODRIGUES, José Damião, “Entre Ficção e Realidade: O Faial e as Ilhas do Grupo Central no Relato da Segunda Viagem de James Cook”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do Colóquio realizado na Horta e em Santa Cruz das Flores de 13 a 17 de Maio de 2002, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 85-101.

²⁴ Charles Brockwell escreveu que se afirmava que o descobrimento das ilhas dos Açores, em 1449, se devera a um mercador de Bruges, levado para Oeste pelo tempo e daí também o nome de *Ilhas Flamengas*. Cf. BROCKWELL, Charles, *The Natural and Political History of Portugal*. [...], pp. 339-340.

²⁵ Cf. COOK, James. *Voyage dans l'Hémisphere Austral, et Autour du Monde*, [...], p. 46.

²⁶ Idem, p. 48.

tuguês no início do ano de 1737²⁷. Neste documento, o representante francês descreveu o reino de Portugal, indicando quais os seus portos e produções mais importantes, apresentando também descrições da Madeira e dos Açores e comentando o movimento comercial português, com particular relevo para as participações francesa e inglesa. No que aos Açores se refere, declarou serem as ilhas em número de sete; das suas produções, mencionou apenas os cereais, exportados para o reino a troco de manufacturas; afirmou ainda o cônsul que os Açores eram uma escala de abastecimento para os navios vindos do Brasil e que as demais nações da Europa tinham escassas relações comerciais com as ilhas açorianas²⁸. No geral, são informações que apresentam pontos de contacto com outros registos relativos às ilhas, conquanto seja de notar que, em relações de viagens francesas anteriores, as ilhas de Flores e Corvo surgem referenciadas como pertencendo ao conjunto arquipelágico açoriano²⁹.

Pensamos que os exemplos apresentados são esclarecedores do que pretendemos demonstrar. A visão estrangeira dos Açores, baseada tanto em informações recolhidas localmente por marinheiros e mercadores — o que será verdade sobretudo nos casos de Malachy Postlethwayt e do cônsul francês (este contava ainda com o auxílio dos vice-cônsules residentes nos Açores) —, como em observações *in loco*, traduz a existência de uma noção da unidade das ilhas bastante distinta da nossa e não coincidente com a realidade, mesmo a do século XVIII³⁰.

²⁷ Cf. Archives Nationales (Paris), *Affaires Étrangères*, Correspondance Consulaire, B^{III} 385, “Memoire Sur le Commerce du Portugal Fait au moix de Janvier 1737.”, 46 fls.

²⁸ *Idem*, fls. 6 v-8.

²⁹ Ver, por exemplo, o *Journal d'un Voyage sur les Costes d'Afrique et aux Indes d'Espagne, Avec Une Description Particuliere de la Riviere de la Plata, de Buenosayres, & autres Lieux; commencé en 1702. & fini en 1706.*, A Amsterdam, Chez Paul Marret, dans le Beurs-straat, 1723, p. 365. A 9 de Fevereiro, os navios da expedição avistaram as Flores e o Corvo, “deux petites Isles qui sont les plus Occidentales des Açores ou Terceres”.

³⁰ Estes não são os únicos textos setecentistas em que se reproduzem dados incorrectos relativos às ilhas açorianas, fruto de informações erradas ou de um olhar demasiado rápido. Cf. MENESES, Avelino de

Não referindo a questão da cronologia do povoamento e o papel atribuído aos Flamengos, concentremo-nos, de forma breve, nos dados geográficos e demográficos. Se, no texto referente à viagem de James Cook, o arquipélago não surge diminuído no número de ilhas — a Malachy Postlethwayt, bem como ao dignitário francês, interessaria fundamentalmente registar os elementos mais importantes para as actividades económicas e mercantis britânicas e francesas —, já as hierarquias dimensionais e demográficas estão erradas. São Miguel é, de longe, a maior ilha do arquipélago (757 Km²), surgindo em segundo lugar o Pico (447 Km²) e só depois a Terceira (402 Km²). Como possível explicação para os dados apresentados na obra de Cook, devemos considerar o impacto que certamente o Pico, a *ilha-montanha*, causaria nos naturais e nos viajantes com o seu vulcão, levando-os a atribuir-lhe uma área maior do que a real, e, por outro lado, o papel de centro político que a cidade de Angra, na Terceira, desempenhava. Os valores populacionais apresentados também não correspondem à situação que sabemos ter existido no passado: desde finais do século XVI que São Miguel era a ilha mais populosa, posição que ocupa ainda hoje, enquanto que o Pico apresentava uma baixa densidade populacional e um número de habitantes que, na segunda metade do século XVIII, rondou os 20.000. Em 1776, ano imediato à escala de James Cook no Faial, o Pico tinha, segundo fontes oficiais, 21.061 habitantes e, em 1795, ultrapassava ligeiramente os 22.000, longe, portanto, dos 30.000 que lhe foram atribuídos na relação da segunda viagem³¹. Por fim, refiramos os elementos económicos apresentados nas descrições que temos vindo a comentar. De um modo geral, os dados expostos estão correctos e os autores indicam, para cada ilha, as principais actividades económicas e referem mesmo algumas

Freitas de. “Uma Descrição do Faial em 1739: apresentação e comentário”, in *Estudos de História dos Açores*, vol. II: *As ilhas na problemática do século XVIII*, “História”, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 65-87.

³¹ Cf. COSTA, Susana Goulart. *O Pico (Séculos XV-XVIII)*, s. 1. [Pico], Associação de Municípios da Ilha do Pico, 1997, pp. 289-299.

das exportações. Mas, por vezes, os erros são evidentes, sobretudo quando se trata de caracterizar a economia das ilhas periféricas, que não visitaram e sobre as quais procuraram obter alguns dados, nem sempre fidedignos.

Verificamos pois, com base nas crônicas e na literatura de viagens, que nas ilhas dos Açores, durante o período moderno, não existia uma representação uniforme da unidade arquipelágica e que os dados reproduzidos nesses textos reflectem diferentes mundividências, geradas a partir de distintas relações tecidas no e com o quadro espacial insular³².

3. Em 1766, os diplomas de 2 de Agosto, assinados por D. José I, mas concebidos por Sebastião José de Carvalho e Melo, introduziram uma ruptura na história política e institucional do arquipélago, embora a comparação entre os princípios defendidos pelo legislador e as medidas que o centro político pretendia colocar em prática com a respectiva eficácia e os resultados alcançados nos permita perceber os limites do poder monárquico durante o Antigo Regime. No caso dos Açores, factores como a distância do reino, a descontinuidade geográfica e a persistência de estruturas senhoriais que datavam do começo da ocupação humana das ilhas ampliavam as dificuldades da monarquia em conseguir impor um maior controlo à acção dos poderes periféricos³³.

É inegável que as reformas desenhadas pelo conde de

³² Não perdemos de vista que, ao tomar como objecto de análise textos cronísticos e o *corpus* da literatura de viagens, estamos a incidir sobretudo nas representações espaciais e no uso social de categorias por parte de grupos letrados. Mas qual seria a concepção do mundo insulano para um jornaleiro da Graciosa ou das Flores? A não ser que encontremos uma documentação rica que nos permita penetrar no universo mental das camadas populares, algumas interrogações não terão uma resposta satisfatória.

³³ Sobre estas reformas e o seu efectivo alcance, ver RODRIGUES, José Damião, “*Para o socego e tranquilidade publica das ilhas*”: Fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, in PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, SANTOS, Antonio Cesar de Almeida, ANDREAZZA, Maria Luiza e NADALIN, Sergio Odilon (eds.), *VIª Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações*, Curitiba, Aos Quatro Ventos-CEDOPE, 2006, pp. 36-56.

Oeiras para os Açores introduziram alterações no mapa do governo político e jurídico e, concomitantemente, na rede de poderes do arquipélago, com a instituição do cargo de capitão-general, a reorganização da corregedoria, a nomeação de juizes de fora para Angra e as vilas mais importantes de cada ilha — Ponta Delgada tinha um juiz de fora desde 1554 — e a alteração do sistema eleitoral dos principais concelhos insulanos. De igual modo, importa sublinhar que, nas instruções secretas entregues a D. Antão de Almada, o primeiro capitão-general dos Açores, a propósito de se averiguar o porquê da suspensão da cobrança da décima no arquipélago, afirmava-se que as ilhas eram “adjacentes a este Reino”, pelo que representavam uma “porção” do mesmo, como as províncias da Beira, Minho ou Alentejo, “sem diferença alguma”³⁴.

O novo estatuto das ilhas açorianas seria fixado no texto do alvará de 26 de Fevereiro de 1771, relativo à liberdade de comércio dos cereais. Nesse diploma declarava-se que as liberdades usufruídas pelos lavradores do reino deviam ser também observadas nos Açores, “pelo que respeita á Policia, e Economia nas ditas Ilhas, que por serem adjacentes, se reputão como partes, e verdadeiras Provincias deste Reino”³⁵. Com base no argumento da adjacência das ilhas, os Açores abandonavam a sua posição de domínio ultramarino. A nova condição, porém, não traria de imediato benefícios ao arquipélago, que mantinha a sua especificidade insular e

³⁴ Cf. O *Códice 529-Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado pombalino*, “Fontes para a história dos Açores”, introdução e fixação do texto por José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, Secretaria Regional de Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais-Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1988, pp. 36-58, “Instrucção Secretissima, que Vossa Magestade Ha por bem mandar dar a Dom Antão de Almada, [...]”, de 2 de Agosto de 1766, *maxime* p. 54.

³⁵ Cf. SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima Compilação das Ordenações, redegida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774.*, Lisboa, na Typografia Maignrense, 1829, pp. 534-536, *maxime* p. 535; *Arquivo dos Açores*, vol. V, 1981, pp. 342-344, *maxime* p. 343.

continuava distante da corte³⁶.

Por outro lado, continuou actuante a força dos localismos concelhios, corporizada na resistência das elites locais e, em particular, a das nobrezas de Ponta Delgada, Angra e Horta às estratégias da monarquia. Os três pólos urbanos mais importantes das ilhas funcionaram como “pontos focais” que, de forma progressiva, se configurariam como o centro de “regiões institucionais”³⁷. Esta tendência, impeditiva da construção de uma concepção de região à escala do arquipélago, foi consagrada após a instituição do regime liberal com a divisão dos Açores em três distritos, figurino político, administrativo e eleitoral que, baseado em três pólos distintos de poder, resultara de reivindicações locais, veiculadas desde o vintismo, e que perduraria até ao final do século XX³⁸. De novo, somos confrontados com territórios socialmente produzidos, espacialidades concretas, que se opõem a uma representação abstracta do espaço³⁹.

³⁶ Sobre estas questões, ver DRUMMOND, Francisco Ferreira. *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com um estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp. 45-46, e MENDES, Francisco Manuel Ferreira de Azevedo. *Crédito, Moeda e Fiscalidade em Ponta Delgada (1766-1800)*, trabalho de síntese elaborado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, policopiado, pp. 73-77.

³⁷ Cf. HOEKVELD, Gerard A. e HOEKVELD-MEIJER, Gerda. “The Region as Cloister. The Relation between Society and Region Reconsidered”, loc. cit., pp. 159-176, *maxime* p. 162.

³⁸ Sobre estas questões, ver RODRIGUES, José Damião e FERNANDES, Paulo Jorge, “As novas e as velhas estruturas do poder e os seus reflexos nos vários espaços insulares”, in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (coord.), *História dos Açores*, III Parte: “Unir para dominar: a centralidade administrativa (1766-1836)”, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura (no prelo).

³⁹ Cf. SOJA, Edward W., *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993 [edição original: 1989], p. 147.

Apesar de, durante a Revolução Liberal, as ilhas açorianas se terem constituído em palco privilegiado da acção política e militar, nelas se jogando o futuro do reino, cedo se constatou que o arquipélago não constituía uma unidade que lhe permitisse construir e desenvolver um projecto político específico, estribado numa cultura e num discurso regionalistas consistentes. Contra uma identidade regional e uma “consciência açoriana”⁴⁰, manifestava-se ainda a vitalidade das autonomias locais, fundadas na dispersão das ilhas e na divisão em centros de poder com dissemelhante importância demográfica, social e económica. Neste particular, o Liberalismo pouco mudou face ao quadro mental que perdurara ao longo do Antigo Regime.

4. No final desta breve exposição, pensamos ter ficado claro que não é possível aplicar *a priori* o conceito de “região” aos Açores do período moderno e do início do Liberalismo e ainda que as identidades territoriais e as representações espaciais correspondentes são indissociáveis de um determinado percurso histórico e das relações e actividades que se desenvolvem no quadro de um espaço preciso. Pensar os Açores dos séculos XVI-XVIII nos mesmos moldes em que, no presente, se concebe a identidade regional é incorrer num erro de perspectiva, pois, mais de três séculos após o arranque do povoamento das ilhas, no dealbar do século XIX, os Açores estavam ainda longe da “comunidade imaginada”⁴¹ que hoje se pretende que sejam.

⁴⁰Sobre esta questão, ver ENES, Carlos. “A Construção da Unidade e Identidade Regional”, in Actas do Congresso 1º Centenário da Autonomia dos Açores, “Coleção Autonomia, 19”, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, vol. 1: *A Autonomia no plano histórico*, 1995, pp. 289-305.

⁴¹ Cf. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 2ª ed., London-New York, Verso, 1991 [edição original: 1983].

**Um arquipélago de geometria variável:
representações dos Açores no período moderno
(séculos XVI-XVIII)**

José Damião Rodrigues

Resumo: No presente artigo, tendo como objecto de estudo as ilhas dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII), procuramos demonstrar, a partir da análise de fontes açorianas e estrangeiras (crônicas, histórias, descrições, relatórios) que não existia uma representação espacial única do arquipélago tal como o conhecemos. As identidades territoriais e as representações espaciais correspondentes são indissociáveis de um determinado percurso histórico e das relações e actividades que se desenvolvem no quadro de um espaço concreto. Nos Açores modernos, diversos factores, entre os quais a descontinuidade geográfica e o “poder do lugar”, contribuíram para impedir a construção de uma concepção de região à escala do arquipélago.

Palavras-Chave: Açores; região; representação espacial; identidade.

Abstract: In this paper, we take as a case-study the Azorean islands in the early-modern period (16th-18th centuries). From the analysis of Azorean and foreign sources (chronicles, histories, descriptions, reports) we show that there were more than one spatial representation of the archipelago as we know it. Territorial identities and their spatial representations are linked to a certain historical path and to the relations and activities that take place within the borders of a specific space. In the early-modern Azores several factors, amongst which the geographical discontinuity and the “power of place”, helped to prevent the building of a concept of region at the scale of the archipelago.

Key words: Azores; region; spatial representation; identity.

Recebido em 01/06/2008

Aprovado em 12/08/2008